

O gasto público no Brasil é eficiente?



» BENITO SALOMÃO
Professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia

Recentemente, o Instituto Datafolha publicou uma sondagem sobre a aplicação dos recursos públicos. A pesquisa traz alguns insights importantes acerca da atuação do governo. No tocante aos resultados, 47% dos entrevistados responderam que “os recursos públicos são suficientes, porém mal aplicados em serviços para a população”. Outros 32% responderam que os “recursos são insuficientes e mal aplicados”. Para 8%, os “recursos são suficientes e bem aplicados”, e outros 9% consideram os “recursos insuficientes e bem aplicados”.

Duas dimensões filosóficas podem ser extraídas dos dados dessa pesquisa. A primeira delas diz respeito ao tamanho relativo do Estado na economia. Repare que 39% dos entrevistados indicam que os recursos são insuficientes e que há espaço para aumentar o tamanho do governo na economia. Já no que se refere à segunda dimensão, ela remete à eficiência do gasto público. Sobre isso, parece haver um pouco mais de consenso, já que 89% dos respondentes consideram os recursos públicos mal aplicados.

Esses resultados trazem elementos de economia política relevantes para o debate. Diariamente, lê-se na imprensa a opinião de economistas defendendo que o país precisa avançar na pauta fiscal, revendo desindexações de pisos constitucionais de gastos sociais (saúde e

educação), congelando salários, revendo desonerações, entre outras pautas. Tais opiniões, embora bem-vindas, desconsideram que, em se tratando de regimes democráticos, o tamanho relativo do governo é fruto de pactos políticos formalizados em constituições e revisitados frequentemente via eleições ou via processo legislativo.

Pelos dados da supracitada pesquisa, não há consenso na opinião pública quanto a essa agenda defendida por uma parte dos economistas. Já que quase 40% dos entrevistados creem que os recursos são insuficientes, existe margem para que o governo aumente de tamanho. A outra dimensão filosófica parece reunir um pouco mais de consenso, visto que cerca de 90% dos entrevistados consideram os recursos públicos “mal aplicados”. Mas afinal, como aferir eficiência na provisão de bens públicos? Sobre isso os economistas têm um pouco mais a contribuir.

Nas últimas décadas, uma conjunção de fatores, como construção de bases de dados sobre os mais variados tópicos, somados à evolução da capacidade computacional e ao desenvolvimento de métodos econométricos capazes de aferir nexos causais, permitiu a ampliação do escopo de atuação da pesquisa em economia. De lá para cá, o prestígio da chamada microeconomia aplicada, dentro da qual se encontra a agenda de avaliação de políticas públicas, ganhou notoriedade e prestígio na comunidade científica.

Não é de interesse deste artigo apontar a eficiência ou ineficiência de alguma política pública específica. O objetivo aqui é se ater a algumas questões teórico-filosóficas sobre elas. Nos capítulos 4 e 5 de Public finance in theory and practice, Richard e Peggy Musgrave constroem a teoria dos bens públicos, que são caracterizados pela não exclusibilidade e/ou não rivalidade no acesso pelos consumidores. Em outras palavras, diferentemente dos bens privados, cuja oferta é

guiada pelo sistema de preços e o pagamento de um determinado produto por um consumidor exclui o acesso de outros consumidores no consumo desse mesmo, o que acarreta uma “concorrência” pela aquisição desses bens, no caso dos bens públicos, o acesso de um consumidor não exclui o acesso de outro ao mesmo bem.

Em termos práticos, pense no serviço de iluminação pública. Não é possível ao poste iluminar apenas a calçada do consumidor que pagou por isso, a iluminação é pública e deverá iluminar a calçada de todos que passam pela rua. Essa natureza não excludente dos bens públicos produz um incentivo adicional que é conhecido na literatura como o problema do “carona”. Em resumo, se um consumidor pode ter acesso a um bem sem concorrer com outro consumidor, é possível que haja o incentivo para não contribuir, pelo menos diretamente, com o seu financiamento, esperando que o outro contribua.

Daí, surge um problema adicional: trata-se da propensão natural ao “congestionamento” da oferta de bens públicos. Isso é, se todos podem ter acesso simultâneo a um bem sem contribuir diretamente para a sua oferta, o acesso a esse bem público, ainda que não excludente (no sentido de que o próximo consumidor sempre terá também acesso), passa a ser rivalizado por um número relevante de consumidores, fazendo com que todos tenham sua utilidade reduzida no acesso.

Por fim, repare que o congestionamento de bens públicos universais, embora esteja associado à queda na utilidade do usuário relativo ao seu consumo, não é a mesma coisa que ineficiência. A eficiência pode ser avaliada por outras métricas, enquanto o congestionamento é uma consequência natural da provisão de bens que, em sua essência, são não excludentes e não rivais.



Alterações impostas pela PEC da autonomia fragilizam o BC



» EDNA VELHO
Presidente da seccional Brasília do Sindicato dos Funcionários do Banco Central

O ataque hacker aos sistemas informatizados envolvidos nas operações do Pix levou ao desvio estimado de R\$ 800 milhões e trouxe à tona divergências que envolvem a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) número 65/2023, comumente chamada de PEC da autonomia do Banco Central (BC). A proposta, para conceder autonomia financeira e orçamentária à instituição, hoje autarquia federal, altera a sua natureza para pessoa jurídica de direito privado.

Houve quem tenha se apressado em levantar suspeitas sobre a higidez dos sistemas do BC e dos procedimentos por ele efetuados, apontando como causas das supostas fragilidades a falta de recursos financeiros e de pessoal enfrentadas pela autarquia. A aprovação da PEC 65/2023, para seus defensores, constituiria condição sine qua non para incrementar a segurança do Pix, a qual hipoteticamente estaria em risco.

Acontece que a C&M Software já admitiu que o ataque foi efetuado às próprias infraestruturas por meio de suas credenciais, o que permitiu aos criminosos acessarem indevidamente informações e contas de reserva de instituições financeiras. A

C&M é uma das empresas homologadas pelo BC para atuar na mensageria para pequenas e médias instituições financeiras, servindo de ponte entre elas e os sistemas Pix. Portanto, ela presta serviços a instituições que não apresentam a estrutura exigida pelo BC para operar diretamente no Sistema de Pagamentos Brasileiro (SBP). O ataque permanece sob investigação da Polícia Federal, e o primeiro suspeito já foi preso.

Ataques de hackers estão cada vez mais frequentes, tanto que o risco cibernético e de segurança da informação vem sendo considerado como inerente a todo e qualquer negócio. Um dos maiores níveis de sofisticação desses ataques consiste em atuar por meio do aliciamento de funcionários das empresas-alvo e dos seus prestadores de serviços terceirizados, como parece ter sido o caso em questão.

Restrições financeiras e de pessoal não impedem os servidores de exercer sua função com responsabilidade e rigor, exigindo das instituições o cumprimento de quesitos robustos o suficiente para conferir qualidade e segurança nos serviços prestados aos cidadãos. O Pix é reconhecido internacionalmente e vem sendo estudado por bancos centrais estrangeiros, a fim de implantar solução semelhante em seus países.

Diferentemente daqueles que entendem que o evento criminoso se deu em razão da falta de recursos por parte do Banco Central e enxergam a PEC 65/2023 como a única medida resolutiva; a maioria dos servidores discorda de tais alegações e as considera temerárias: ao se tornar uma corporação de direito privado, o Banco Central

passará a adotar uma visão empresarial, o que pode prejudicar sua atuação enquanto executor de políticas públicas.

A PEC 65 deve ser entendida como um passo à desestatização da autoridade monetária. Em relação ao Pix, a lógica de mercado imposta pela PEC tende a levar à cobrança de taxas, tirando do serviço seu enorme poder de inclusão financeira. Além disso, a PEC abre flancos à concessão da gestão do Pix ao setor privado, representando uma ameaça às conquistas alcançadas por meio do Pix.

Com a reforma proposta pela PEC 65/2023, o Banco Central, como entidade de direito privado, perderá sua supremacia em relação aos seus fiscalizados, trazendo riscos à legitimidade jurídica de sua atuação. Suas funções de regulação, fiscalização e resolução poderão ser seriamente prejudicadas. Além disso, os servidores passarão a ser funcionários regidos pela CLT e perderão as garantias constitucionais de estabilidade no cargo, podendo ser substituídos por recursos humanos menos custosos. Isso acarreta na fragilização do Estado brasileiro, tornando-o mais suscetível a pressões indevidas e à perda de qualidade.

Os servidores do Banco Central entendem que maior autonomia administrativa, financeira e orçamentária é bem-vinda, entretanto, são contrários à forma como se pretende concedê-la, dado que traz consigo riscos relevantes que não compensam os supostos benefícios. Em resumo: a PEC 65 é uma escolha imprudente, e há outros caminhos, bem menos aventureiros, a se trilhar.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

Brics e suas consequências para o Brasil

Líderes e chanceleres de países que compõem o Brics se reuniram no Rio de Janeiro para discutir temas como a governança global, o combate à pobreza, a inteligência artificial (IA) e as mudanças climáticas. O que, à primeira vista, pareceria mais uma reunião de trabalho desse grupo acabou por se transformar num evento que, embora esvaziado das principais lideranças do bloco (Rússia e China), trouxe repercussões concretas para o Brasil.

A tal da governança global, que, em miúdos, significa acabar com o predomínio do dólar nas transações internacionais, substituindo-o, talvez, pelo rublo ou pelo yuan, serviu como uma espécie de gota d’água para entornar de vez as relações entre os Estados Unidos e o Brasil. Essa história de fortalecer a cooperação global para uma governança mais inclusiva e sustentável não esconde o desejo desse bloco de minar a influência econômica americana no mundo, uma estratégia levada muito a sério pelo eixo Moscou-Pequim.

O Brasil entra nessa manobra como um país geograficamente situado no continente americano e que pode, num futuro próximo, servir de ponte para o avanço dessas lideranças do outro lado do mundo rumo aos EUA. A questão é derrotar os EUA a partir do próprio quintal. Para analistas isentos, o Brasil nada tem a aprender com esse bloco, que reúne as maiores ditaduras do planeta. A ausência dos principais líderes não esvaziou o simbolismo do encontro, tampouco seus desdobramentos concretos para o Brasil.

Ao contrário, mesmo sem o protagonismo de Xi Jinping ou de Vladimir Putin, a pauta apresentada deixou claro que o bloco segue coeso em seu objetivo central: reformular a ordem internacional com menos influência do Ocidente — leia-se, especialmente, dos Estados Unidos. O discurso sobre “governança global inclusiva” soa, à primeira vista, como um apelo por justiça econômica e multilateralismo.

No entanto, essa retórica esconde uma estratégia de longo prazo de Moscou e Pequim para minar os pilares do sistema financeiro internacional liderado por Washington desde Bretton Woods. A proposta de comércio bilateral em moedas locais e o fortalecimento do Novo Banco de Desenvolvimento (o “banco do Brics”) são peças fundamentais desse xadrez geopolítico. A participação brasileira nesse projeto é ambígua e delicada.

Geograficamente situado no Hemisfério Ocidental e ainda fortemente dependente do comércio com os EUA e a União Europeia, o Brasil busca no Brics alternativas para diversificar suas relações comerciais e financeiras. No entanto, ao se aproximar de regimes com agendas antagônicas aos interesses americanos, o país se expõe a represálias econômicas e políticas — como ficou evidente com a resposta rápida do ex-presidente Donald Trump, que anunciou tarifas sobre produtos brasileiros em setores-chave, como aço, alumínio e produtos agrícolas. Trata-se de um gesto típico do trumpismo: unilateral, protecionista e de forte valor simbólico.

A imposição de tarifas, que, segundo fontes ligadas ao Departamento de Comércio dos EUA, foram justificadas por “práticas comerciais desleais” e “riscos à segurança nacional”, é, na verdade, uma retaliação política travestida de preocupação econômica. Mesmo tendo imposto taxas maiores a vários países, a medida acende um alerta vermelho sobre os custos geopolíticos de certas alianças ideológicas — especialmente quando estas desafiam o poder hegemônico dos EUA a partir do próprio continente.

O Brasil se vê, portanto, diante de um paradoxo: buscar protagonismo internacional por meio de uma coalizão revisionista (Brics), enquanto tenta manter relações pragmáticas com o Ocidente, que ainda responde pela maior parte dos investimentos e acesso a tecnologias de ponta. Esse jogo duplo exige habilidade diplomática rara — algo que nem sempre está disponível em governos ideologicamente engajados.

Não é por outra razão que se aponta que o Brasil não tem nada a aprender com regimes como o da Rússia, da China, do Irã ou da Etiópia no que diz respeito a democracia, liberdades civis ou transparência institucional. A aproximação excessiva com esses países pode corroer a imagem internacional do Brasil como uma democracia emergente e dificultar parcerias com países democráticos, sobretudo em temas sensíveis, como direitos humanos, meio ambiente e cooperação tecnológica.

Portanto, vale concluir que a reunião do Brics no Rio escancarou a encruzilhada geopolítica em que o Brasil se encontra: ou atua como peça de manobra num tabuleiro desenhado por potências autoritárias ou reafirma seu compromisso com uma ordem internacional baseada em regras, mesmo que desequilibradas. A retaliação americana é só o primeiro sinal de que o preço da ambiguidade estratégica pode ser alto e imediato.

Geografia é destino, já ensinavam os antigos estrategistas. Ignorar essa realidade pode custar mais do que qualquer vantagem simbólica no cenário internacional. A atual imposição de tarifas pelo governo americano soa, assim, como uma espécie de primeiro aviso. O que pode vir a seguir depende mais da expertise política e diplomática do que de arroubos ideológicos e discursos ultrapassados e sem sentido atual.

» A frase que foi pronunciada

“Eu respeito a eleição do presidente Trump, que foi eleito pelo povo americano para governar os Estados Unidos”, mas “ele não foi eleito para governar o mundo”.

Lula

» História de Brasília

Muito boa a providência de faixas de travessia das pistas em toda a zona movimentada da cidade. É preciso agora, que os pais em casa expliquem às crianças que só devem atravessar nessas faixas. (Publicada em 6/5/1962)